TÍTULO: CONSTRUINDO NOVOS CONSENSOS PARA PROTEGER A LIBERDADE DE EXPRESSÃO NA INTERNET: UMA PERSPECTIVA PROCEDIMENTAL PARA REGULAR AS GRANDES PLATAFORMAS DIGITAIS.

Resumo: Os provedores de aplicação de internet moldam, estruturam e mediam o modo pelo qual as pessoas interagem, emitem opiniões e se relacionam umas com as outras, além de interferir diretamente na forma como os conteúdos são produzidos, distribuídos e consumidos na internet. Face a esse cenário que configura um modelo de “autorregulação corporativa” da governança de conteúdo online, legisladores e reguladores enfrentam um impasse aparentemente insuperável. De um lado, argumenta-se que as plataformas digitais têm moderado conteúdo de forma excessiva, comprometendo direitos e liberdades individuais. Do outro, entende-se que as empresas não têm moderado conteúdo suficientemente, sendo necessário combater práticas daninhas como a desinformação e os discursos de ódio, impondo restrições à liberdade de expressão quando necessário. Para superar esse impasse, equacionando a proteção à liberdade de expressão dos indivíduos com a esfera de autonomia privada das plataformas, propõe-se uma abordagem regulatória focada nos procedimentos decisórios da governança de conteúdo online e não em juízos substanciais sobre o que deve ou não ser permitido na internet. Essa perspectiva procedimental propugna o reconhecimento de novos direitos dos usuários face às plataformas digitais, e a adoção de mecanismos típicos do devido processo na moderação de conteúdo (ex.: direito ao recurso, direito à notificação e a decisões fundamentadas etc.).

1. INTRODUÇÃO

Em 6 de setembro de 2021, o presidente Jair Bolsonaro editou a Medida Provisória nº 1068, que alterava significativamente o Marco Civil da Internet¹, e estabelecia novas regras para a moderação² de conteúdo nas redes sociais. A norma condicionava a exclusão, suspensão ou bloqueio de contas e conteúdo à apresentação de “justa causa e motivação”, nas hipóteses expressamente indicadas pelo Poder Executivo (BRASIL, 2021a).

Também estavam previstos novos direitos a salvaguardas processuais para os usuários e garantias à informação relacionadas à governança de conteúdo nas plataformas digitais. O descumprimento das novas regras poderia acarretar sanções cíveis, criminais ou administrativas, além de multas, suspensão das atividades e até a proibição do serviço no país (BRASIL, 2021a).

Em nota, o Palácio do Planalto afirmou que as redes sociais “passaram a exercer um papel fundamental na intermediação de relações pessoais e profissionais” da população e que os “meios eletrônicos de comunicação se tornaram um relevante instrumento para a manifestação de ideias e opiniões” (BRASIL, 2021b). O comunicado ainda justificava a urgência e relevância da decisão ao afirmar que:

“[...] a remoção arbitrária e imotivada de contas, perfis e conteúdos por provedores de redes sociais, além de prejudicar o debate público de ideias e o exercício da cidadania, resulta em um quadro de violação em massa de direitos e garantias fundamentais como a liberdade de expressão e o exercício do contraditório e da ampla defesa” (BRASIL, 2021b).

A medida foi anunciada às vésperas dos atos convocados para o Dia da Independência, em relação aos quais havia o temor de incitações antidemocráticas. O texto provocou forte reação de políticos, acadêmicos e organizações da sociedade civil que consideraram a medida desproporcional e apontaram³ motivações político-eleitorais na providência (MONTEIRO, 2021).

¹ A Lei nº 12.965 de 23 de abril de 2014, também conhecida como Marco Civil da Internet, estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil (BRASIL, 2014).

² Neste trabalho, os termos “moderação”, “curadoria” ou mesmo “regulação” de conteúdo são utilizados para descrever o mesmo processo pelo qual os provedores de serviços online (ex.: mídias sociais, mecanismos de busca etc.) promovem a análise e a triagem do conteúdo gerado por seus usuários, determinando se estes se adequam ou não às regras definidas em seus termos de serviço, ou mesmo às normas de determinada localidade ou jurisdição. Essas regras definem não apenas “o que pode e o que não pode ser publicado”, mas também “qual conteúdo será visto primeiro e quais não serão”. Em caso de violações, as plataformas podem aplicar sanções temporárias ou permanentes como a remoção total ou parcial do conteúdo publicado, a imposição de restrições ao acesso do usuário à plataforma e suas funcionalidades, a desmonetização de um perfil ou conteúdo, a limitação do alcance das publicações etc. (ROBERTS, 2017; ONU, 2018, p. 3; KLONICK, 2018, p. 1601; IDEC, 2021).

³ Jair Bolsonaro já teve diversos vídeos removidos de plataformas digitais como YouTube, Twitter, Facebook, e Instagram sob a justificativa de propagar desinformação no contexto da pandemia de COVID-19 capaz de “causar danos reais às pessoas”. O presidente também alega que tem sido frequentemente “cerceado” em sua liberdade de expressão pelas redes sociais. Além disso, vários de seus apoiadores influentes tiveram suas contas suspensas, ou desmonetizadas por violarem as regras das plataformas (AMADO, 2021; UCHINAKA, 2021; VIEIRA, 2021; SENRA, 2020).

Dentre as principais críticas levantadas estava a de que a publicação interferiria indevidamente na autonomia privada e na liberdade contratual das empresas, impedindo, na prática, que estas moderassem conteúdo com base em suas próprias regras. Sob a justificativa de “reforçar direitos e garantias de usuários”, o Poder Executivo prescreveu um rol taxativo de hipóteses para a moderação de conteúdo, sem incluir ali, entre outras coisas, a prática da desinformação ou discursos de ódio em geral. Nesses casos, as vítimas precisariam recorrer à via judicial para a remoção de conteúdo, caracterizando um verdadeiro “salvo-conduto” a tais práticas nocivas, que, em geral, demandam respostas rápidas para que seus danos sejam contidos (AFFONSO, 2021; SARLET, 2021; SAFERNET, 2021).

Foram propostas⁴ seis Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) e um mandado de segurança foi impetrado contra a norma. Contudo, pouco mais de uma semana após sua publicação, decisões quase simultâneas do Supremo Tribunal Federal (STF) e da mesa diretora do Congresso Nacional puseram fim à providência, afastando sua eficácia (AMORIM *et al*, 2021).

A controvérsia ao redor da MP 1068 mostra como o tema da governança de conteúdo *online* tem dividido a opinião pública. De um lado, estão aqueles que argumentam que as plataformas digitais têm moderado conteúdo de forma excessiva, silenciando ideias e opiniões, em uma clara violação da liberdade de expressão. Do outro, há um grupo que entende que as empresas não têm moderado conteúdo suficientemente, sendo necessário combater práticas daninhas como a desinformação e os discursos de ódio, impondo restrições à liberdade de expressão quando necessário (BOWERS e ZITTRAIN, 2020, p. 7).

Este impasse, aparentemente insuperável, tem desafiado legisladores e reguladores em todo o planeta. Como resposta, diversas propostas têm emergido, nem sempre capazes de endereçar adequadamente os problemas.

Dentre as iniciativas regulatórias mais emblemáticas, está a *Netzwerkdurchsetzungsgesetz* (também conhecida como Lei de Vigilância de Redes ou “NetzDG”), lei alemã aprovada em 2017 que obriga as plataformas a remover em até 24 horas conteúdo considerado “manifestamente ilegal” pela legislação local. Caso não cumpram as regras, os provedores de aplicação de internet⁵ poderão sofrer duras sanções financeiras (AL SUR, 2020, p. 29).

Se por um lado, forçar as empresas a monitorar ostensivamente o conteúdo de seus usuários, a fim de identificar e reprimir supostas ilegalidades pode parecer uma estratégia válida para conter

⁴ [ADI 6996](#), [ADI 6995](#), [ADI 6994](#), [ADI 6993](#), [ADI 6992](#), [ADI 6991](#) e o [MS 38207](#).

⁵ De acordo com Ceroy (2014), o termo “provedor de aplicação de internet” designa “qualquer empresa, organização ou pessoa natural que, de forma profissional ou amadora, forneça um conjunto de funcionalidades que podem ser acessadas por meio de um terminal conectado à internet, não importando se os objetivos são econômicos.”. Por essa definição, podem ser considerados provedores de aplicação os serviços de e-mail (ex.: Outlook, Gmail etc.), as redes sociais (ex.: Instagram, Facebook, Twitter, YouTube, etc.), os serviços de mensageria privada (ex.: WhatsApp, Telegram, etc.) os geradores de conteúdo (ex.: g1, UOL, etc.), os serviços de comércio eletrônico (ex.: OLX, Mercado Livre, etc.) e até sites de pequenas empresas podem ser incluídos nessa definição (ARRUDA, 2021).

ilícitos na internet, por outro, esse método cria incentivos para a prática da censura. Caso os provedores de aplicações não removam rapidamente conteúdo supostamente ilegal, poderão sofrer punições severas. Em uma dinâmica na qual a plataforma atua como procurador, juiz, júri e executor, sem que usuários afetados tenham a oportunidade de serem ouvidos ou contem com as proteções do devido processo⁶, incentivos desta natureza tendem a fomentar arbitrariedades (BALKIN, 2018, p. 2010-2018).

O presente trabalho explora uma possível saída para esse impasse, concentrando-se nos *procedimentos* decisórios da governança de conteúdo *online*. Isto é, ao invés de discutir o que deve ou não ser permitido na internet, busca-se construir um amplo consenso sobre *como* decisões sobre conteúdo devem ser tomadas. Propõe-se, portanto, deslocar o foco regulatório da definição de juízos *substanciais* sobre conteúdo, para disciplinar o *processo* de tomada dessas decisões.

2. A LIBERDADE DE EXPRESSÃO COMO DIREITO FUNDAMENTAL

A liberdade de expressão, na acepção deste trabalho, é compreendida como o direito fundamental subjetivo, assegurado a qualquer indivíduo, “de manifestar livremente os próprios pensamentos, ideias, opiniões, crenças, juízos de valor, por meio da palavra oral e escrita, da imagem, ou de qualquer outro meio de difusão” (FARIAS, 2001, p. 45).

Em sentido amplo, a liberdade de expressão abrange todas as liberdades de comunicação, alcançando as mais variadas formas de expressão humana. Isso inclui não apenas sua dimensão subjetiva, entendida como o direito à livre manifestação do pensamento e opinião⁷, mas também as liberdades de criação, de imprensa, e o direito à informação (TÔRRES, 2013, p. 62). A liberdade de comunicação também designa uma função social, a saber, a liberdade de “comunicar ou receber informações verdadeiras, sem impedimentos nem discriminações” (FARIAS, 2001, p. 45).

Trata-se, portanto, de uma salvaguarda ampla que não se limita à proteção da dignidade humana em sua autonomia individual, mas que alcança a própria coletividade. Isso porque constitui um valor indispensável ao funcionamento da estrutura democrática, a qual pressupõe o pluralismo de ideias, a livre formação de opiniões, e a participação ativa de todos no debate público (TÔRRES, 2013, p. 61).

⁶Neste trabalho monográfico, considera-se que o “devido processo” na moderação de conteúdo incorpora, no mínimo, “a garantia da igualdade de tratamento, que as decisões sejam motivadas, que seja possível o exercício de uma defesa efetiva por parte dos usuários afetados, a possibilidade de apelar das decisões e que os procedimentos tenham uma duração razoável” (PALLERO, 2020, p. 18)

⁷A dimensão subjetiva da liberdade de expressão, própria da autonomia pessoal, e que designa a faculdade de “*externar ideias, opiniões, juízos de valor e [...] qualquer manifestação do pensamento humano*” é entendida como a liberdade de expressão *em sentido estrito*. Este trabalho monográfico concentra-se, sobremaneira, nesta acepção específica (BARROSO, 2004, p. 18).

Dessa constatação decorrem duas importantes tarefas às democracias constitucionais contemporâneas. Por um lado, há a necessidade de assegurar a livre circulação de ideias, pensamentos, fatos, e opiniões na vida social. Por outro, requer-se que os abusos cometidos no exercício das liberdades de expressão sejam enfrentados a fim de proteger os cidadãos (FARIAS, 2001, p. 290).

Tais abusos, como bem se sabe, não se restringem aos órgãos de comunicação em massa, tipicamente identificados com a imprensa (ex.: televisão, rádio, jornal etc.). Conquanto os meios tradicionais de difusão de informação protagonizaram o exercício das liberdades comunicativas ao longo dos séculos XIX e XX, esta dinâmica se modificou a partir da década de 90 com a popularização da internet e a chegada das mídias digitais (BALKIN, 2018, p. 2011).

À medida que as redes sociais passaram a desempenhar um papel central nos processos comunicacionais a nível global, modificou-se também o modo como se dava o exercício da liberdade de expressão (BALKIN, 2018, p. 2011).

Neste novo cenário, as plataformas digitais não são meras intermediárias neutras do processo comunicativo. Antes, porém, intervém diretamente sobre este, exercendo o papel de verdadeiros governantes privados desse espaço virtual. Essas empresas criam e aplicam seus próprios termos de serviço e padrões da comunidade, definindo o que é ou não permitido em seus domínios (KLONICK, 2018, p. 1603).

Por tomarem decisões constantes e ubíquas sobre o conteúdo gerado por seus usuários, as plataformas atuam também como *curadoras* ou *moderadoras de conteúdo*. Para isso, empregam uma combinação de algoritmos e colaboradores humanos, inseridos em uma hierarquia corporativa cujo funcionamento é, em geral, pouco transparente. Todos esses elementos compõe o quadro da governança privada da liberdade de expressão, que marca esse novo contexto (BALKIN, 2018, p. 2041).

Sob essa nova realidade, que será aprofundada mais adiante, a concretização do direito fundamental à liberdade de expressão demanda uma abordagem regulatória distinta, capaz de endereçar os problemas e relações disfuncionais que a caracterizam. Para isso, é preciso reinterpretar esse bem jurídico tão caro à democracia, aplicando-o à essa nova lógica comunicativa, de modo a garantir sua justa e efetiva proteção na esfera digital.

2.1 A liberdade de expressão no direito brasileiro

A Constituição Federal de 1988 concede ampla proteção à liberdade de expressão em suas várias expressões. Além de inseri-la no rol de direitos e garantias fundamentais (art. 5º, incisos IV, V, X, XIII e XIV), o constituinte dedicou um capítulo exclusivo para tratar da “Comunicação Social” (arts. 220 a 224). No *caput* do art. 220, a Carta Política assegura que “a manifestação do pensamento,

a criação, a expressão, e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto no art. 5º, IV, V, X, XIII e XIV”. Acrescenta, nos §§ 1º e 2º do mesmo artigo, que “nenhuma lei conterà dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social”, e veda, de forma peremptória, “toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística” (BRASIL, 1988).

Ainda, o texto constitucional relaciona a liberdade de expressão com outros direitos conexos, quais sejam o direito de resposta e de réplica política (art. 5º, inciso V), o direito de informar e ser informado (art. 5º, inciso X), a liberdade de reunião (art. 5º, inciso XVI), a liberdade religiosa (art. 5º, inciso VI e VIII), entre outros (TÔRRES, 2013, p. 63).

Não se trata, portanto, de um direito absoluto. Na ocorrência de um conflito com outros direitos fundamentais ou mesmo com valores caros à Constituição, é possível que um deles sofra limitações no caso concreto (CANOTILHO, 2003, p. 1276).

Tais restrições podem ocorrer por força da própria Constituição, ou caso esta permita, por uma lei infraconstitucional. Não é por acaso que a carta magna contrapõe à liberdade de expressão, outros direitos fundamentais como o direito à “inviolabilidade da intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas” (art. 5º, X) e o direito à “indenização por dano moral ou à imagem” (art. 5º, V). Há, ainda, outros bens e valores constitucionais que podem colidir com a liberdade de expressão, como a vida, a integridade e o devido processo legal etc. (SARMENTO, 2006, p. 46).

Soma-se a esse conjunto de garantias com guarida constitucional, o direito fundamental à proteção de dados pessoais, reconhecido pelo plenário do Supremo Tribunal Federal em julgamento cautelar da Medida Provisória n. 954/2020 no âmbito da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 6390 (BRASIL, 2020). A decisão histórica consagrou a proteção de dados como um direito fundamental autônomo, distinto da proteção à intimidade e à privacidade (SCHERTEL, 2020). Trata-se, portanto, da admissão de um novo direito⁸ com status constitucional que traz repercussões diretas nas questões concernentes à liberdade de expressão no âmbito digital.

Conquanto a Lei Maior estabeleça uma ampla guarida ao exercício da liberdade de expressão, essa proteção não alcança certas práticas como os discursos de ódio⁹, a incitação à violência, e a

⁸ Não obstante o reconhecimento deste novel direito pelo pleno do Supremo Tribunal Federal, encontra-se em fase final de deliberação no Congresso Nacional (até a data de fechamento deste trabalho) a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 17/2019, que inclui o direito à proteção de dados no rol de direitos e garantias fundamentais do art. 5º da Constituição Federal (BRASIL, 2021).

⁹ Embora não haja consenso doutrinário quanto à definição de “discurso de ódio”, é possível afirmar que seu significado abrange “manifestações de ódio, desprezo ou intolerância contra determinados grupos, motivados por preconceitos ligados à etnia, religião, gênero, deficiência física ou mental e orientação sexual, dentre outros” (SARMENTO, 2006, p. 46). Há ainda uma grande quantidade de condutas que poderiam ser consideradas discursos de ódio, como calúnias e insultos. Estes, contudo, trazem consigo a dimensão subjetiva da honra, que pode dar azo a divergências sobre sua concretização ou não. Também estão inclusos nessa definição os discursos violentos, que promovem, incentivam ou causem o dano físico contra terceiros ou até mesmo os que incitem a violência em massa. Esta violência, contudo, não se restringe à violência armada ou física, mas também pode caracterizar uma violência psicológica (RUEDIGER *et al*, 2021, p. 12-13). É importante destacar, todavia, que palavras duras, desagradáveis, ou mesmo reprováveis não estão

desinformação¹⁰. A liberdade de expressão, portanto, não configura uma concessão de imunidade, nem tampouco um salvo-conduto em relação àquilo que se diz. Antes, porém, a liberdade é uma condição para a responsabilização, e não a isenção dela, razão pela qual a CFRB/88 veda o anonimato. O “emissor” da mensagem no processo comunicativo deve assumir as consequências cíveis e penais daquilo que expressou (REALE JÚNIOR, 2010, p. 382; MENDES *et al*, 2015, p. 265; CGI, 2020, p. 13).

Na era digital, contudo, a responsabilização legal ganha contornos peculiares. Isso porque a comunicação na internet é mediada por provedores de aplicação de internet, como Facebook, Twitter e Youtube. Discute-se, desse modo, se esses intermediários devem ser responsabilizados ou não por eventuais danos causados por conteúdos publicado por terceiros em seus espaços virtuais.

O art. 19¹¹ do Marco Civil da Internet (MCI) estabeleceu, como regra geral, um regime de exclusão da responsabilidade dos provedores. Há, contudo, duas exceções à imunidade de responsabilização previstas pelo MCI. A primeira diz respeito a conteúdos que violem direitos autorais, adotando-se o modelo de “notificação e retirada” (*notice and take down*). Neste caso, os provedores de aplicações somente serão passíveis de responsabilização por conteúdos publicados por seus usuários quando, sendo notificados de decisão judicial específica determinando a sua remoção, não tomarem providências para tornar indisponível o conteúdo apontado como ilícito pela autoridade judicial. Trata-se de um modelo similar ao praticado nos Estados Unidos (BRASIL, 2014; OLIVA, 2019).

A segunda exceção incide sob a hipótese de divulgação não consensual de imagens íntimas. Neste caso, bastará uma notificação do próprio usuário para que a plataforma remova o conteúdo. Caso contrário, o provedor de aplicação da internet poderá ser responsabilizado subsidiariamente por violação da intimidade (AL SUR, 2021, p. 12).

A principal crítica ao atual modelo, que fornece um “porto seguro” (*safe harbor*) contra a responsabilização por conteúdo de terceiros, é que ele não protege suficientemente os usuários contra o poder quase absoluto de moderação das plataformas digitais. Tais empresas tomam decisões constantes e significativas sobre o conteúdo gerado por seus usuários, exercendo enorme controle sobre o que estes veem, e sobre as informações que circulam em suas comunidades digitais. Conquanto as provisões legais de imunidade tenham sido criadas para proteger o papel dos

necessariamente fora da salvaguarda da liberdade de expressão, de modo que os limites do discurso devem ser analisados no caso concreto (MENDES e BRANCO, 2015, p. 273-274).

¹⁰ O conceito de “desinformação” abrange “todas as formas de informação falsa, imprecisa ou enganosa, desenhadas, apresentadas e promovidas intencionalmente para causar dano público ou gerar lucro” (EC, 2018, p. 10).

¹¹ Artigo 19 do Marco Civil da Internet: “Com o intuito de assegurar a liberdade de expressão e impedir a censura, o provedor de aplicações de internet somente poderá ser responsabilizado civilmente por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros se, após ordem judicial específica, não tomar as providências para, no âmbito e nos limites técnicos do seu serviço e dentro do prazo assinalado, tornar indisponível o conteúdo apontado como infringente, ressalvadas as disposições legais em contrário.” (BRASIL 2014).

intermediadores de informação da internet, as plataformas digitais não são, hoje, mediadores neutros do processo comunicativo (FRAZÃO *et al*, 2021).

3. A GOVERNANÇA PRIVADA DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO NA INTERNET

Conforme aponta Kate Klonick (2018), as grandes plataformas de conteúdo constituem os verdadeiros “governantes” do espaço virtual, posto que estabelecem relações reais de poder nos ecossistemas digitais, promulgando e aplicando regras de convivência por meio de estruturas complexas de governança privada.

Essas empresas não são meras facilitadoras da comunicação digital. Além de moldar, estruturar e mediar as relações comunicativas, as plataformas digitais controlam os meios pelos quais as pessoas interagem, emitem opiniões e se relacionam umas com as outras. Além disso, interferem diretamente no modo como conteúdos são produzidos, distribuídos e consumidos (VERONESE *et al*, 2018, p. 43).

Para isso, contam com mecanismos robustos de governança interna, que tem por objetivo criar condições mínimas de convivência em suas comunidades globais formada por uma enorme quantidade e variedade de usuários. Para impor a ordem à uma multidão incontrolável e imprevisível de pessoas que utilizam seus espaços, recorre-se a uma combinação de contrato (ou seja, os termos de serviço e políticas de conteúdo) e algoritmos (BALKIN, 2018, p. 2021-2032).

A fim de assegurar o cumprimento das regras da comunidade em escala global, as mídias digitais contam com moderadores humanos e algoritmos. Os funcionários humanos utilizam regras de fácil compreensão e aplicação para decidir um vasto número de controvérsias. Os casos mais difíceis de julgar são levados a instâncias superiores de decisão (BALKIN, 2018, p. 2021-2032).

Os algoritmos, por sua vez, constituem uma forma mais econômica de alocar os recursos e ajudam na uniformização das decisões. Essas ferramentas podem substituir o julgamento humano em casos mais simples, e são especialmente úteis na análise prévia de conteúdo. No entanto, estão sujeitas a erros e imprecisões que podem gerar decisões arbitrárias (BALKIN, 2018, p. 2021-2032).

Um dos maiores problemas da governança privada de conteúdo é o caráter autocrático que tem guiado sua atuação, marcada por processos decisórios pouco transparentes e guiado por interesses privados. Isso fica evidente, por exemplo, no modo obscuro e pouco objetivo com que as políticas de conteúdo são implementadas, variando de acordo com a conveniência da situação e os interesses da empresa, conforme apontaram vazamentos de documentos internos do Facebook¹² em setembro de 2021 (BALKIN, 2018, p. 2021-2032).

¹² Em setembro de 2021, a ex-funcionária do Facebook Frances Haugen vazou documentos internos da empresa alegando, entre outras coisas, que a plataforma prioriza o "crescimento em detrimento da segurança", seja para proteger o funcionamento da democracia, quanto no cuidado com a saúde mental dos usuários. Os documentos também evidenciaram

Além disso, os usuários não contam com garantias processuais bem estabelecidas, como o direito a recorrer de sanções, ou mesmo de saber as razões pelas quais uma punição foi aplicada (BALKIN, 2018, p. 2021-2032).

Em que se pese os diversos problemas e dificuldades produzidos pela dinâmica privada de governança da liberdade de expressão, Balkin defende que o melhor caminho regulatório não passa pela adoção de regras excessivamente restritivas ou proibitivas à moderação privada de conteúdo. Também não se trata de um espaço de comunicação para o qual não se deva estabelecer limites. Muito pelo contrário. Caso fossem estabelecidas restrições proibitivas à moderação de conteúdo, é provável que estes espaços se tornassem ingovernáveis. Isso poderia diminuir significativamente seu valor para os usuários, e por conseguinte, para a sociedade (BALKIN, 2018, p. 2021-2032).

É fundamental que as plataformas digitais protejam a liberdade de expressão e reconheçam a importância de garantias do devido processo na resolução de litígios dentro da plataforma (BALKIN, 2018, p. 2021-2032).

4. OS NOVOS CONTORNOS DA REGULAÇÃO DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO NA ERA DIGITAL

Nesse novo cenário, próprio ao século XXI, foram desenvolvidas novas técnicas de regulação com o objetivo de controlar o discurso em um ambiente dominado por empresas de internet. Agora, o poder público busca colaborar e cooptar as companhias digitais com o objetivo de vigiar, policiar e controlar os “emissores”, sujeitos ativos do processo comunicativo. Dentre as características mais distintivas da nova abordagem está a tentativa do Estado de “terceirizar” ou “delegar” algumas de suas funções públicas.

Na União Europeia, por exemplo, as grandes plataformas digitais firmaram um acordo com a Corte Europeia de Justiça (CEJ) a fim de desempenhar o que poderia ser considerada uma função administrativa: receber e julgar com base no direito europeu as reclamações de usuários relativas ao direito ao esquecimento. Com a decisão da CEJ, as empresas receberam a incumbência de desenvolver mecanismos próprios para receber e analisar demandas relativas a esse direito. O veredito também determinou que um solicitante somente poderia acionar a justiça após esgotar as vias privadas. Trata-se de uma dinâmica própria ao direito administrativo, em que se requer o esgotamento das instâncias internas para que seja possível recorrer à justiça comum. Essa determinação da CEJ caracteriza efetivamente a delegação de um serviço burocrático público a empresas privadas (BALKIN, 2018, p. 2016).

o modo diferenciado com que a empresa tratava certas figuras e personalidades poderosas ou influentes, que contavam com a boa vontade da rede social (BBC, 2021).

Outro exemplo paradigmático é o Lei para Melhorar a Aplicação da Lei em Redes Sociais (denominada Lei de Vigilância de Redes ou “NetzDG”), norma alemã que estabelece regras rígidas de moderação de conteúdo nas plataformas digitais. Aprovada pelo parlamento alemão em 2017, a nova legislação obriga as companhias a removerem conteúdo “manifestamente ilegal” de suas redes em até 24 horas após notificação dos usuários. O descumprimento da regra pode acarretar multas milionárias (BALKIN, 2018, p. 2010-2018).

No caso alemão, o juízo sobre o que seja manifestamente ilegal ou não, deve ser exercido pelas empresas tendo como base as leis do próprio país. Na prática, o Estado Alemão delegou às plataformas a competência de julgar e condenar os cidadãos que tenham publicado determinado tipo de conteúdo, contrário às suas leis locais. Nesse modelo, a plataforma atua como procurador, juiz, júri e executor, sem que usuários prejudicados sejam ouvidos e recebem as proteções do devido processo (BALKIN, 2018, p. 2010-2018).

Esse tipo de regulação, contudo, produz alguns problemas, como a ocorrência de censura colateral e censura prévia. A censura prévia, também conhecida como censura *ex ante*, designa um “controle preventivo das comunicações que se pretende veicular” (CABETTE, 2015). Nesta hipótese, um conteúdo é censurado antes mesmo de sua publicação. Ao constranger as empresas de infraestrutura da internet para que estas vigiem e removam certos conteúdos, o Estado gera incentivos para que as plataformas pratiquem uma nova versão de censura prévia (BALKIN, 2018, p. 2016-2019).

A censura colateral, por sua vez, ocorre quando um ente privado restringe o exercício da liberdade de expressão de alguém “*a fim de esquivar-se de eventuais responsabilidades civis ou criminais dispostas pelo poder público*” (CABETTE, 2015). É o que acontece, por exemplo, com a veiculação de conteúdo protegido por direitos autorais, ou de *revenge porn* na internet, práticas expressamente vedadas no ordenamento jurídico brasileiro. Caso os provedores de aplicações não removam esse tipo de material após tomarem conhecimento dele ou após a devida notificação judicial, poderão ser responsabilizados subsidiariamente pelas violações e danos decorrentes daquele conteúdo gerado por terceiros.¹³ Trata-se, portanto, de uma modalidade indireta de censura (BALKIN, 2018, p. 2016-2019).

Sob a ameaça de tais punições, as empresas são incentivadas a exercer uma cautela excessiva na moderação de conteúdo de modo a evitar multas, processos e penalizações. Nessas circunstâncias, uma simples denúncia encaminhada por um único usuário, ou o uso de uma palavra-chave sinalizada como polêmica pelo algoritmo e que não tenha tido seu contexto analisado pela empresa, poderia ensejar a remoção de um determinado conteúdo com base na lógica da mitigação dos riscos.

¹³ Art. 19, § 2º e art. 21 do Marco Civil da Internet.

Certamente, uma cultura de censura em excesso na moderação de conteúdo não é benéfica ao exercício desembaraçado da liberdade de expressão (BALKIN, 2018, p. 2016-2019).

5. ENTRE UMA "REGULAÇÃO AUTORITÁRIA" E UMA "AUTORREGULAÇÃO CORPORATIVA"

À medida que os efeitos negativos decorrentes da veiculação de conteúdo danoso começaram a ser sentidos na prática, intensificou-se a demanda pública por respostas regulatórias. Isso porque certas condutas (como a divulgação de informações falsas com o objetivo de dissimular ou enganar, ou mesmo a incitação à violência), se praticadas de forma sistêmica, podem gerar sérios danos aos indivíduos e às instituições (BOWERS e ZITTRAIN, 2020, p. 3-4).

Não é por acaso que a utilização de algoritmos como armas de controle e manipulação produziu diversos episódios trágicos. Um exemplo dramático é o massacre da minoria islâmica *Rohingya* no Myanmar em 2017, incitado em grande medida por publicações comprovadamente mentirosas no Facebook que conclamavam o ódio contra esse grupo étnico. No ocidente, diversos países relatam interferências externas em seus processos eleitorais. Ao longo dos anos, incidentes dessa natureza predisuseram a opinião pública a pressionar as plataformas por regras e práticas mais duras de moderação de conteúdo (BOWERS e ZITTRAIN, 2020, p. 3-4).

Desse movimento, surge um conflito aparentemente inconciliável de valores e concepções de mundo quando se discute o que deve ou não ser proibido na internet. De um lado, estão aqueles radicalmente contrários a quase todo tipo de censura, que adotam uma aceção ampla de liberdade de expressão. Do outro, se encontram aqueles que defendem um controle mais intenso do conteúdo publicado na internet, e que buscam sopesar a liberdade de expressão com outros bens e valores jurídicos como a democracia, a vida, e honra, e a saúde de outrem. Os primeiros consideram que a moderação de conteúdo é frequentemente excessiva e abusiva. Os segundos, defendem que o controle exercido pelas plataformas é ainda insuficiente.

Por priorizar a maximização dos lucros de seus serviços, as empresas tendem a tratar questões caras ao interesse coletivo como um problema de relações públicas, voltado para melhorar a imagem da empresa e reduzir a pressão externa. Desafios como a desinformação em meio à uma crise de saúde pública, ou mesmo durante um processo eleitoral são muitas vezes tratadas como uma questão de “serviço ao consumidor” (BOWERS e ZITTRAIN, 2020, p. 4-5).

No entanto, essa postura não é adequada para lidar com questões sensíveis dessa natureza, que demandam um certo distanciamento para evitar conflitos de interesses. Isto é, não é recomendável que certas decisões sejam tomadas por órgãos internos às empresas, sujeitos a cadeias hierárquicas e estruturas de incentivo que podem pesar na hora de tomar escolhas relevantes (BOWERS e ZITTRAIN, 2020, p. 4-5).

Há, portanto, uma polarização entre um modelo de “autorregulação corporativa”, sem *accountability* ou mecanismos de controle, e um modelo de “regulação autoritária”, que intervém de forma exacerbada na governança de conteúdo online. Essa regulação indevida ocorre com o estabelecimento de regras proibitivas às plataformas ou pela imposição de obrigações aos provedores para que estes monitorem ostensivamente o conteúdo gerado por seus usuários, a fim de detectar supostas violações da lei ou impedir futuras ilicitudes (PALLERO *et al*, 2020, p. 7).

É preciso encontrar um equilíbrio entre essas duas abordagens, com base na noção de que a internet deve permanecer como um ambiente livre, aberto e democrático. Conquanto a opinião pública tenha se insurgido¹⁴ mais recentemente contra as grandes empresas de tecnologia, é inegável que estas desempenham um papel de fundamental importância para toda a sociedade. Por mais complexa e problemática que seja, a moderação de conteúdo é uma tarefa necessária, e sensível para a proteção aos direitos fundamentais (MONTEIRO *et al*, 2021, p. 26-27).

6. UMA PERSPECTIVA PROCEDIMENTAL PARA PROTEGER A LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Para superar esse impasse, propõe-se a construção de um consenso entre reguladores, usuários e plataformas ao redor do *processo* de tomada de decisões na governança de conteúdo. Defende-se, portanto, o desenvolvimento de mecanismos de governança (ex.: a adoção de regras de devido processo na moderação de conteúdo) cuja legitimidade seja amplamente reconhecida pelos dois lados, que sejam capazes de solucionar conflitos entre os diferentes valores. Desse modo, ainda que uma decisão de remoção de conteúdo desagrade um dos lados, o processo que levou àquela decisão será reconhecido como legítimo (BOWERS e ZITTRAIN, 2020, p. 4-5).

Dada a enorme relevância das grandes plataformas no debate público e na vida social do país, não é adequado enxergá-las como senhoras absolutas de “espaços virtuais privados”, nos quais ditam as regras sem dar nenhuma satisfação à coletividade. Se essas corporações constituem verdadeiros “governos” do ambiente cibernético, é natural pensar no estabelecimento de direitos dos “governados” face a seus “governantes”. Para isso, deve-se tratar como “expressão” o que as empresas frequentemente designam em termos de negócio como “conteúdo” (MONTEIRO *et al*, 2021, p. 25; KLONIC, 2018, p. 1598–1670)

O estabelecimento de garantias típicas do devido processo possibilitam contrabalancear as enormes assimetrias entre plataformas e usuários, sem que isso inviabilize a atuação das empresas. O acesso a esse tipo de mecanismo permite que usuários que tenham sido tratados de forma injusta, possam ser ouvidos, e sejam capazes de exigir explicações contra decisões arbitrárias na moderação

¹⁴ O termo “techlash” designa a “animosidade pública em relação às grandes empresas de tecnologia, especialmente as do Vale do Silício”. O termo é um “acrônimo formado a partir das palavras *technology* e *backlash* (forte reação negativa a questões sociais ou políticas)” (MENA, 2020).

de conteúdo (BERGMAYER, 2018, p. 7). Já existem recomendações bastante robustas para a adoção desses mecanismos, como os Princípios de Manila e o documento “Padrões para uma regulação democrática das grandes plataformas”, produzido em colaboração com diversas organizações latino-americanas. Com base nisso, recomenda-se o reconhecimento de novos direitos e deveres, a saber:

6.1 Direito à informação e dever de transparência

Os usuários devem ter acesso a informações claras, precisas, didáticas e acessíveis sobre os termos de uso e as políticas de conteúdo adotadas pelas plataformas, assim como ao modo como elas são aplicadas. Trata-se, sobretudo, de uma obrigação de transparência em relação às regras de moderação de conteúdo e a forma com que estas são administradas.

É necessário garantir que os usuários sejam informados com especial destaque a respeito das situações que podem afetar o exercício de seus direitos. Ou seja, é preciso explicitar aos utilizadores quais circunstâncias podem resultar na imposição de sanções como a remoção de um determinado conteúdo, a exclusão de uma conta, ou desmonetização de determinada página. A transparência em relação às regras de moderação serve para dar aos usuários a previsibilidade necessária em relação a quais conteúdos podem vir a prejudicá-los.

6.2 Direito à notificação e à decisão fundamentada

O direito à notificação e à decisão fundamentada devem garantir que os provedores de redes sociais expliquem de forma clara e específica o motivo pelo qual um determinado conteúdo foi removido, limitado ou restringido, ou mesmo as razões pelas quais uma conta foi bloqueada, suspensa ou excluída.

A notificação deve, no mínimo, especificar a cláusula em relação a qual alega-se a violação do usuário. Também é importante indicar com precisão qual conteúdo foi impugnado, informando também o modo pelo qual ele foi detectado, analisado e contestado. Do mesmo modo, é necessário que a notificação contenha informações claras a sobre como o usuário pode recorrer da decisão.

6.3 Direito a defesa e apelação

Os usuários devem ter garantido o direito de recorrer contra decisões de moderação de conteúdo que lhe digam respeito, tendo assegurado a ampla defesa e o contraditório. Isso significa que, caso a plataforma tome uma decisão que restrinja de forma ilegítima ou desproporcional o direito à liberdade de expressão, o usuário poderá apelar da medida, permitindo que esta seja reavaliada.

Dessa forma, será possível ponderar se a medida aplicada em um caso específico se adequou aos princípios de proporcionalidade, necessidade, idoneidade e progressividade na persecução de uma finalidade específica (CIDH, 2013, p. 55). Também devem ser considerados fatores como:

“[...] a gravidade dos danos, seu alcance, a recorrência das violações, e o impacto que tal restrição poderia ter na capacidade de Internet para garantir e promover a liberdade de expressão em relação aos benefícios que a restrição traria para a proteção de outros direitos (OBSERVACOM, 2020, p. 18)”

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A regulação da governança de conteúdo online é um tema que afeta diretamente o exercício da liberdade de expressão da população. O Brasil conta com 152 milhões de usuários de internet, total que corresponde a quase 81% da população nacional com 10 anos ou mais (CETIC, 2021). Essas pessoas utilizam a internet para se comunicar, buscar informações, estudar, trabalhar, se divertir, entre outros. Dada a sua importância e abrangência, a internet hoje constitui um verdadeiro pilar da vida social e democrática do país.

Atualmente, o Poder Legislativo tem discutido um marco normativo sobre esse tema no âmbito do Projeto de Lei 2.630/2020, popularmente conhecido como “PL das Fake News” (BRASIL, 2021c). A proposta legislativa em questão “institui a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet” e foi aprovada no Senado Federal em junho de 2020, e agora tramita na Câmara dos Deputados.

Diversos caminhos regulatórios têm sido discutidos para lidar com os desafios da moderação de conteúdo online. É preciso, contudo, evitar certas armadilhas como regulações excessivamente proibitivas, ou mesmo que coloquem em risco os direitos fundamentais dos usuários ao promover uma vigilância ostensiva dos usuários, que favoreça a ocorrência de censura.

O caminho a ser percorrido deve buscar equilibrar as liberdades dos usuários e a autonomia das empresas de internet. A “perspectiva procedimental” busca equacionar essas duas chaves, evitando a imposição de regulações que criem ainda mais problemas, e entregando mecanismos que resguardam as liberdades individuais, a autonomia e a segurança dos usuários.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMADO, Guilherme. **YouTube remove 14 lives de Bolsonaro; canal está perto de ser derrubado**. Metrópoles. 21 jul. 2021. Brasília. Disponível em: <https://www.metropoles.com/colunas/guilherme-amado/youtube-remove-14-lives-de-bolsonaro-canal-esta-perto-de-ser-derrubado>. Acesso em: 23 out. 2021.

ARRUDA, Vinicius Cervantes G. Dados Pessoais e o Cumprimento da Obrigação Legal Prevista no Marco Civil da Internet. Ricci Propriedade Intelectual. Jan. 2021. Disponível em: < <https://riccipi.com.br/dados-pessoais-e-o-cumprimento-da-obrigacao-legal-prevista-no-marco-civil-da-internet/>>. Acesso em 18 de outubro de 2021.

BARROSO, Luís Roberto. Colisão Entre Liberdade de Expressão e Direitos da Personalidade. Critérios de Ponderação. Interpretação Constitucionalmente Adequada do Código Civil e da Lei de Imprensa. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 235, pp. 1-36, Jan./Mar. 2004, p. 18.

BALKIN, Jack M. Free Speech is a Triangle. *Columbia Law Review*, v. 118, p. 2011-2056, 2018.

BARLOW, John Perry. **A Declaration of the Independence of Cyberspace**, ELEC. FRONTIER FOUND. (Feb. 8, 1996)

BRASIL. **Decreto nº 592, de 6 de julho de 1992**. Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0592.htm>.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>.

_____. Supremo Tribunal Federal. **HC nº 82.424/RS**. Relator: Min. Maurício Corrêa, Plenário, julgamento concluído em 19 de setembro de 2003.

_____. **Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/lei/112965.htm

_____. Supremo Tribunal Federal. **ADI nº 4.451**. Relator: Min. Alexandre de Moraes, PLENÁRIO, j. 21/06/2018, DJe 06/03/2019

_____. Senado Federal. **Proposta de Emenda à Constituição nº 17, de 2019**. Acrescenta o inciso XII-A, ao art. 5º, e o inciso XXX, ao art. 22, da Constituição Federal para incluir a proteção de dados pessoais entre os direitos fundamentais do cidadão e fixar a competência privativa da União para legislar sobre a matéria. Brasília: Senado Federal, 2021. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/135594>>. Acesso em: 22 set. 2021.

_____. Página do PL 2630 no Senado Federal. 2020. <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/141944>

_____. Senado Federal/Congresso Nacional. Texto do PL 2630 aprovado no Senado e encaminhado à Câmara dos deputados. 2020b.

_____. Senado Federal. Relatório do Senador Angelo Coronel sobre o PL 26360

_____. **Medida provisória nº 1.068, de 6 de setembro de 2021**. 2021a. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF. Publicado em: 06 set. 2021. Ed. 169-A. Seq: 1 - Extra A. Pág. 1.

_____. Secretaria Especial de Comunicação Social da Presidência da República (SECOM). **Medida Provisória reforça direitos e garantias de usuários de redes sociais**. 2021b. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2021/09/medida-provisoria-reforca-direitos-e-garantias-de-usuarios-de-redes-sociais>

_____. Senado Federal. 2021c Ato da mesa do congresso devolvendo a MP - <https://drive.google.com/file/d/1mEObfZCDPUweV9ysZyI5nZxeJFqecqk-/view>

_____. Câmara dos Deputados. 2021d. <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2256735>

BOWERS e ZITTRAIN. 2020. Answering impossible questions: Content governance in an age of disinformation. Harvard Kennedy School Misinformation Review 1 January 2020, Volume 1, Issue 1: <https://doi.org/10.37016/mr-2020-005>

CABETTE <https://eduardocabette.jusbrasil.com.br/artigos/236728638/classificacao-doutrinaria-da-censura>

CANOTILHO, J. J. Gomes. Direito constitucional. 6. ed. Coimbra: Livraria Almedina, 1995.

CDR, 2020 <https://direitosnarede.org.br/2020/06/20/pl-das-fake-news-identificacao-e-criminalizacao-em-massa-de-usuarios/>

CELESTE - <https://doi.org/10.1080/13600869.2019.1562604>

CEROY, Frederico Meinberg. Os conceitos de provedores no Marco Civil da Internet. Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 19, n. 4093, 15 set. 2014. Disponível em: <<https://www.migalhas.com.br/depeso/211753/os-conceitos-de-provedores-no-marco-civil-da-internet>>.

CETIC, 2021 [https://cetic.br/pt/noticia/cresce-o-uso-de-internet-durante-a-pandemia-e-numero-de-usuarios-no-brasil-chega-a-152-milhoes-e-o-que-aponta-pesquisa-do-cetic-br/#:~:text=O%20Brasil%20tem%20152%20milh%C3%B5es,com%2010%20anos%20ou%20mais.&text=Pela%20primeira%20vez%2C%20o%20levantamento,que%20indiv%C3%ADduos%20usu%C3%A1rios%20\(81%25\).](https://cetic.br/pt/noticia/cresce-o-uso-de-internet-durante-a-pandemia-e-numero-de-usuarios-no-brasil-chega-a-152-milhoes-e-o-que-aponta-pesquisa-do-cetic-br/#:~:text=O%20Brasil%20tem%20152%20milh%C3%B5es,com%2010%20anos%20ou%20mais.&text=Pela%20primeira%20vez%2C%20o%20levantamento,que%20indiv%C3%ADduos%20usu%C3%A1rios%20(81%25).)

CGI, Comitê Gestor da Internet. Relatório Internet, Desinformação e Democracia. 17 mar. 2020. Disponível em: <<https://www.cgi.br/publicacao/relatorio-internet-desinformacao-e-democracia/>>. Acesso em: 19 out. 2021.

CHEDE, Cezar T. Padrões abertos, interoperabilidade e interesse público <https://politics.org.br/edicoes/padr%C3%B5es-abertos-interoperabilidade-e-interesse-p%C3%ABlico>

EC. European Commission. **A multi-dimensional approach to disinformation**. 2018. High Level Group on Fake News and Online Disinformation. Disponível em: <<https://op.europa.eu/et/publication-detail/-/publication/6ef4df8b-4cea-11e8-be1d-01aa75ed71a1/>>. Acesso em: 19 out. 2021.

FARIAS, Edilsom Pereira de. **Liberdade de expressão e comunicação: teoria e proteção constitucional**. Tese de doutorado. 2001. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Jurídicas. Programa de Pós-Graduação em Direito, 2001

FRAZÃO, Ana. MEDEIROS, Ana Rafaela. Responsabilidade civil dos provedores de internet: a liberdade de expressão e o art. 19 do Marco Civil. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/coluna/migalhas-de-responsabilidade-civil/340656/responsabilidade-civil-dos-provedores-de-internet>

IDEC, Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor. **Você sabe o que é “moderação de conteúdo” nas mídias digitais?** Seus direitos nas mídias digitais. 2021. Disponível em: <<https://idec.org.br/direitos-nas-midias/>>. Acesso em: 18 out. 2021.

KARPEN, Ulrich. Freedom of expression, in U. Karpen (ed.), *The Constitution of the Federal Republic of Germany*, Baden-Baden: Nomos Verlagsgesellschaft, 1988, p. 93

KLONIK, Kate. **The New Governors: The People, Rules, and Processes Governing Online Speech**. Harvard Law Review, vol. 131, no. 6. Abril, 2018, p. 1598-1670.

KOSEFF, Jeff. *The Twenty-Six Words That Createdhanged The Internet*. Cornell Univ. Press, 2019

LAFER, Celso. **Parecer – o caso Ellwanger: anti-semitismo como crime da prática do racismo**. Revista de informação legislativa, [S. l.], v. 41, n. 162, p. 53-89, abr./jun. de 2004. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/948/R162-08.pdf?sequence=4>>. Acesso em: 20 out. 2021.

LASLO, Matt. The Fight Over Section 230 – and the Internet as We Know It. 13 Aug. 2019. Wired. Disponível em: <<https://www.wired.com/story/fight-over-section-230-internet-as-we-know-it/>>. Acesso em: 21 out. 2021.

MARTINELLI, Gustavo. Os limites e deveres da liberdade de imprensa. <https://www.aurum.com.br/blog/liberdade-de-imprensa/>

MENA, Isabela. 2020. <https://www.projetoDraft.com/verbete-draft-o-que-e-techlash/>

MENDES, Gilmar. BRANCO, Paulo Gonet. Curso de Direito Constitucional. 2015.

MONTEIRO, 2021^a <https://www.jota.info/stf/supra/armadilhas-a-liberdade-de-expressao-na-mp-1068-2021-14092021>

MONTEIRO, Ilab - Artur Pericles Lima Monteiro, Francisco Brito Cruz, Juliana Fonteles da Silveira e Mariana G. Valente, "Armadilhas e caminhos na regulação da moderação de conteúdo", Diagnósticos & Recomendações (São Paulo: InternetLab, 2021).

OLIVA, 2019. <https://www.internetlab.org.br/pt/especial/responsabilidade-de-intermediarios-e-a-garantia-da-liberdade-de-expressao-na-rede/>

OLIVIERI, A. C. **Censura - O regime militar e a liberdade de expressão**. História do Brasil. UOL. Mar. 2014. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/censura-o-regime-militar-e-a-liberdade-de-expressao.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso em: 18 out. 2021.

ONU, 1948 DUDH https://www.ohchr.org/en/udhr/documents/udhr_translations/por.pdf

ONU - Organização das Nações Unidas. **Report of the Special Rapporteur on the promotion and protection of the right to freedom of opinion and expression**. A/HRC/38/35. Human Rights Council. 06 de abril de 2018. Disponível em: <<https://www.ohchr.org/EN/Issues/FreedomOpinion/Pages/ContentRegulation.aspx>>. Acesso em: 22 set. 2021.

_____. **Report of the Special Representative of the Secretary General on the issue of human rights and transnational corporations and other business enterprises, John Ruggie**. CCPR/C/GC/34. Human Rights Council. Mar./ 2011. Disponível em: <https://www.ohchr.org/documents/issues/business/a-hrc-17-31_aev.pdf>.

OBSERVACON 2020b <https://www.observacom.org/fuerte-rechazo-a-proyecto-de-ley-sobre-fake-news-en-brasil-la-peor-ley-de-internet-del-mundo/>

ORRICO <https://www.nucleo.jor.br/reportagem/2021-09-09-redes-medida-bolsonaro-moderacao/>

POPPER, Karl Raimund. **A sociedade aberta e seus inimigos**. 1902. Tradução de Milton Amado. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1974.

REALE JÚNIOR. Limites à liberdade de expressão. Revista Espaço Jurídico, Florianópolis, v. 11, n. 2, p.; 374-401, jul./dez. 2010.

ROBERTS, Sarah T. Content Moderation. In: Schintler L., McNeely C. (eds) Encyclopedia of Big Data. Springer, Cham. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/978-3-319-32001-4_44-1>. Acesso em: 18 out. 2021.

RUEDIGER, M. A.; GRASSI, A. (Coord.). **Discurso de ódio em ambientes digitais: definições, especificidades e contexto da discriminação on-line no Brasil a partir do Twitter e do Facebook**. Policy paper. Rio de Janeiro: FGV DAPP, 2021.

SARLET, 2021 <http://genjuridico.com.br/2021/09/30/direitos-fundamentais-mp-1068/>

SENRA, Ricardo. **Após Twitter, Facebook e Instagram excluem vídeo de Bolsonaro por 'causar danos reais às pessoas'**. BBC. 30 mar. 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52101240>>. Acesso em: 23 out. 2021.

SCHERTEL, Laura. Decisão histórica do STF reconhece o direito fundamental à proteção de dados pessoais. Disponível em: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/decisao-historica-do-stf-reconhece-direito-fundamental-a-protecao-de-dados-pessoais-10052020>

STUCKE, Maurice E. Should We Be Concerned About Data-Opolies?. 2018. Disponível em: <https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3144045>. Acesso em: 02 mai. 2020.

TÔRRES, Fernanda Carolina. **O direito fundamental à liberdade de expressão e sua extensão**. 2013. Revista de informação legislativa, v. 50, n. 200, p. 61-80, out./dez. 2013. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/502937>

UCHINAKA, Fabiana. **Bolsonaro muda Marco Civil da Internet para limitar remoção de posts**. UOL. 06 set. 2021. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2021/09/06/bolsonaro-muda-marco-civil-da-internet-e-proibe-que-rede-social-apague-post.htm>>. Acesso em: 23 out. 2021.

VERONESE, Alexandre; FONSECA, Gabriel. Desinformação, fake news e mercado único digital: a potencial convergência das políticas públicas da União Europeia com os Estados Unidos para melhoria dos conteúdos comunicacionais. Cadernos Adenauer, São Paulo, ano XIX, v. 4, 2018, p. 43

VIEIRA, Rodrigo. Moderação de conteúdo na internet brasileira: em defesa do Marco Civil. Consultor Jurídico. 09 set. 2021. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2021-set-09/rodrigo-vieira-moderacao-conteudo-internet-brasileira>. Acesso em: 23 out. 2021.

VIOLANTE, João Luís Mousinho dos Santos Monteiro. **O caso *Ellwanger* e seu impacto no direito brasileiro**. 2010. Dissertação (Mestrado em Direito). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/5345/1/Joao%20Luis%20Mousinho%20dos%20Santos%20Monteiro%20Violante.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2021.